



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Área: Direito Civil

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

~~Suzana Ribeiro~~ procura o advogado. Informa-lhe ser casada como ~~Rodrigo Ribeiro~~, desde 15 de junho de 1988, e que o casal tem 2 (dois) filhos — Paulo Márcio Ribeiro, com 12 (doze) anos de idade e Marcela Flávia Ribeiro, com 8 (oito) anos de idade — e não possui bens de qualquer natureza:

— Relata a cliente, então, que o marido saiu de casa em 21 de março de 2002 e está morando com outra mulher. Afirma ela, porém, que não pensa em separação, por enquanto, pois está convencida de que seu marido vive um namoro passageiro e que é muito provável a reconstituição da vida conjugal. Entretanto solicita os serviços profissionais do advogado no sentido de resolver problema dela ligado à premente necessidade de dinheiro para o próprio sustento e o de seus filhos, acrescentando que o marido parou de lhe mandar dinheiro há 3 (três) semanas:

— Esclarece, ainda, que exerce a profissão de empregada doméstica, ganhando um salário mínimo por mês, e que seu marido é funcionário do Departamento de Estradas e Rodagem DER e recebe a remuneração mensal de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais):

— Com base no exposto, **REDIJA** a *petição inicial* adequada ao caso, usando os dados apresentados e criando outros, se necessário:



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Área: Direito Civil

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

— ~~José Martins~~ procura o advogado e informa-lhe ter sido vendido o imóvel do qual é locatário, sem seu conhecimento, e alega que tinha interesse em adquiri-lo.

O cliente pergunta, então, se, nesse caso, há direito seu que tenha sido ofendido.

RESPONDA: Qual é a orientação cabível ao caso?

FUNDAMENTE sua resposta com o dispositivo legal atinente a orientação cabível ao caso.

Questão 02

Em uma dada noite, **Pedro**, zeloso pai de família, empresta seu veículo ao filho **João**, de 22 (vinte e dois) anos, igualmente prudente e que jamais se envolveu em acidente de trânsito.

— Contudo, dirigindo o veículo, sozinho, involuntariamente, **João** atropela um trausente. Este, tão logo recebe alta do hospital, ingressa com uma ação de indenização em face do **Pedro**.

RESPONDA: **Pedro** pode ser responsabilizado civicamente pelo acidente?

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão 03

— **Antônio** vende um imóvel rural para **Silvio**, cujo preço é representado por seis notas promissórias no valor de R\$ 10.000,00 cada uma, com vencimentos sucessivos a partir de 15 de julho de 1996, conforme devidamente consta da escritura pública de compra e venda.

— Nesse caso, deixando **Silvio** de efetuar o pagamento de três notas promissórias, pode **Antônio** desfazer a venda considerando-se o caráter *pro soluto* das cambiais emitidas?

RESPONDA: Como advogado de **Antônio**, que solução daria ao caso?

FUNDAMENTE sua resposta.



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Comercial

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

~~— A e B constituem uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada. O contingente de A no capital social é de 90%. Durante toda a duração da sociedade, o sócio A exerceu a gerência.~~

~~A referida sociedade veio a ser dissolvida regularmente.~~

~~A Fazenda Pública, em executivo fiscal, com base nos arts. 134, VII, e 135, III, do Código Tributário nacional, promove a penhora de bens particulares de A e B.~~

Com base no exposto, **ELABORE** a defesa de **B**.



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Comercial

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

DISTINGA, explicando cada objeto:

- A) Capital social.
- B) Patrimônio social.

Questão 02

DISTINGA, explicando cada objeto:

- A) Patente.
- B) Marca.

RESPONDA: O registro de ambos é **obrigatório**?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Questão 03

RESPONDA: As fundações e as sociedades civis que tenham por objeto a **prestação de serviços** podem emitir duplicada de prestação?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Formatados: Marcadores e numeração

Questão 04



Ordem dos Advogados do Brasil

~~RESPOSTA: A quebra de qualquer dos sócios importa na dissolução da sociedade de que~~

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

~~JUSTIFIQUE E sua resposta.~~

Questão 05

~~RESPONDA: Que obrigações dos devedores são alcançadas pela sentença que julgar cumprida a concordata?~~



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Área: Direito do Trabalho

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Leia, com atenção, esta petição: Exmo. Sr. Juiz do Trabalho da _____ Vara de Belo Horizonte MG.

— ~~RONALDO NAZÁRIO~~, brasileiro, casado, operador de máquinas, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua dos Jabutis, 57, Bairro das Acácias, CEP 31220-321, inscrito no CPF sob o nº 321.123.456-87, vem respeitosamente, por intermédio de seus procuradores, propor Reclamação Trabalhista em face de CASA LOPEZ LTDA., empresa do ramo da construção pesada, sediada nesta Capital, na Avenida Ventos Uivantes, 1.000, Bairro Boa Vista, CEP. 30.222-009, inscrita no CNPJ sob o nº 02.999.876/0001-2, conforme os fatos e fundamentos a seguir apresentados:

— **Admissão e demissão:**

1. ~~O Reclamante foi admitido pela Reclamada em 14 de maio de 1985, não optando pelo regime do FGTS à época, e despedido sem justa causa, em 10 de junho de 2001, ocasião em que não recebeu as verbas rescisórias. Sua CTPS não foi anotada quando da demissão.~~

Do horário de trabalho:

2. ~~O Reclamante sempre trabalhou de 7 h às 22 h de segunda-feira a sábado, sem intervalo, e nunca recebeu horas extras e reflexos.~~

Do salário:

3. ~~O salário do Reclamante sempre foi de R\$ 1.200,00, fixos.~~

Dos pagamentos incorretos:

4. ~~Durante todo o pacto laboral, recebeu férias e 13º salário com base apenas no salário fixo.~~

Das férias:

5. ~~As férias do Reclamante, de 2000/2001, foram pagas, mas não foram gozadas.~~

Do direito a 4 (quatro) vales transportes:

6. ~~O Reclamante recebia somente 2 (dois) vales transportes por dia de trabalho. A partir de janeiro de 1995, passou a utilizar 2 (duas) conduções para ir ao trabalho e outras duas para retornar a sua residência, contudo não recebeu a diferença, apesar de ter comunicado a mudança, a seu superior imediato no trabalho.~~

Diante do exposto, requer:



~~1. Seja expedida notificação para a Reclamada comparecer a audiência designada, sob pena de confissão.~~

Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

~~2. Pagamento de:~~

2.1. aviso prévio	R\$ 1.200,00;
2.2. 13º salário proporcional 7/12	R\$ 587,30;
2.3. férias de 2000/2001 + 1/3 (dobrada)	R\$ 2.400,00;
	R\$ 800,00;
2.4. férias proporcionais 2/12 + 1/3	R\$ 400,00;
	R\$ 133,33;
2.5. indenização pelo período anterior à opção do FGTS	R\$ 3.600,00;
2.6. salário retido	R\$ 400,00;
2.7. horas extras calculadas sobre o fixo mais diferença salarial	R\$ 9.400,00;
2.8. reflexos das horas extras	R\$ 6.345,00;
2.9. dobra do art. 467 da CLT	ilíquido;
2.10. multa do art. 477 da CLT	R\$ 1.200,00;
2.11. pagamento de diferença de vale transporte	R\$ 635,00;
2.12. seguro desemprego ou indenização equivalente	ilíquido;
2.13. FGTS — diferença	R\$ 2.532,05;
2.14. FGTS sobre as parcelas rescisórias	R\$ 618,44;
2.15. 50% sobre parcelas do FGTS	R\$ 1.850,00;
2.16. entrega das guias CD/SD sob pena de pagamento substitutivo	ilíquido; e
2.17. entrega da guia TRCT	ilíquido.

~~O Reclamante ainda requer:~~

~~3. Seja expedido comunicado à Previdência Social, à CEF e à DRT, para os devidos fins, e os benefícios da justiça gratuita;~~

~~4. honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa;~~

~~direito a produção de todos os meios de prova admitidos em direito.~~

~~Informa o Reclamante que suas testemunhas comparecerão em juízo independentemente de notificação.~~

~~Dá à causa o valor de R\$ 200.000,00.~~

~~— Belo Horizonte, 19 de julho de 2001.~~

~~P.p. Vítor Hugo de Souza Silva — OAB/MG 4.322~~

~~Endereço para correspondência: Rua dos Afritos, 171.~~

~~Bairro Centro — Belo Horizonte/MG — CEP: 30222-001.~~



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

OBSERVAÇÃO: Documentos que instruem a inicial:

- procuração;
- comprovante de pagamento de salário;
- cópia do aviso prévio;
- cópia da CTPS.

A ação foi distribuída para a 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, com audiência designada para o dia 6 de agosto de 2002, às 9 h 10. Os autos receberam o número 0098-2002-012-003-00-1.

Considere que você foi procurado pela empresa para elaborar a defesa e que esta lhe forneceu a seguinte documentação:

- ficha de registro de empregado, com admissão em 10 de janeiro de 1986;
- cartões de ponto mecânico, em que constam horário normal de 8 h às 18 h, com intervalo entre 12 h e 13 h, de segunda-feira a sexta-feira, todos assinados pelo empregado, além de comprovante de falta (ausência de registro de ponto durante 18 dias no período de maio de 2000 a maio de 2001);
- termo de prorrogação de jornada com compensação semanal;
- comprovante de pagamento de férias;
- cópia do aviso prévio e marcação de dia e hora para que o empregado comparecesse ao Sindicato;
- declaração do Sindicato de que a Empresa compareceu, no prazo legal, para efetuar a rescisão do contrato de trabalho do Empregado, mas este lá não compareceu;
- declaração de residência do Empregado para fins de recebimento de vale-transporte, com pedido de uso de apenas um coletivo para ir e outro para voltar do trabalho;
- procuração;
- notificação para audiência.

REDIJA a defesa da empresa.



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito do Trabalho

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão-01

RESPONDA: Proferida sentença, o sócio, não tendo participado do pólo passivo da ação, pode ser executado, considerando-se que a empresa não possui bens suficientes para pagar o montante devido ao empregado exequente?

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão-02

EXPLIQUE o que é dissídio coletivo de extensão.

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão-03

RESPONDA: Quem pode propor inquérito para apuração de falta grave na Justiça do Trabalho?

FUNDAMENTE sua resposta, **apresentando** os requisitos **principais** dessa modalidade de ação especial trabalhista.

Questão-04

Considere que o porteiro de um clube social só trabalha em sábados, domingos e feriados e que seu salário é calculado por dia.

RESPONDA: Esse profissional tem direito ao repouso semanal remunerado dos dias feriados e santificados?

EXPLIQUE como se fará o cálculo da remuneração.



Em caso negativo, **JUSTIFIQUE** sua resposta.

Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

A lei garante a gratuidade do exercício dos cargos sindicais eletivos, mas excepciona uma hipótese em que o empregado eleito para o cargo de direção sindical pode receber uma gratificação:

RESPONDA:

A) Que hipótese é essa?

B) Qual será o valor da gratificação?

FUNDAMENTE sua resposta.

2ª ETAPA – Setembro/2002

ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1. Este caderno contém a Prova Prático-profissional, composta de duas partes:

- 1ª parte: Redação de peça profissional.

Valor: 5,0 (cinco) pontos.

- 2ª parte: Resposta a 2 (duas) questões práticas.

Valor: 2,5 (dois e meio) pontos cada uma.

2. Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, A TINTA — azul ou preta —, nas folhas pautadas anexas.

3. NÃO SE IDENTIFIQUE — COM O NOME OU O NÚMERO DA OAB — EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTA CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTAS.

Formatados: Marcadores e numeração



~~A prova que apresentar qualquer sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação do candidato será anulada e a ela se atribuirá a nota 0 (zero).~~

- Ordem dos Advogados do Brasil*
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem
4. ~~Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.~~

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

Área: Direito Administrativo

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Os vendedores de jornais e revistas de populosa capital brasileira, com recursos financeiros obtidos mediante empréstimo de instituições bancárias, adquiriram e instalaram bancas de vendas de jornais e revistas em locais públicos, ~~mediante~~por meio de contrato de concessão de uso com o Município. O contrato, além de cláusulas prevendo a obtenção daquele financiamento pelos contratados, estabeleceu o prazo de sua vigência por dois anos, suscetível de prorrogação. Antes do vencimento desse prazo, porém, o Prefeito, ao argumento de congestionamento de pedestres nos locais em que foram instaladas as bancas, determinou a mudança dessas para outros pontos, com menor fluxo de pessoas. A ~~a~~Associação de ~~v~~Vendedores de Jornais e Revistas, constituída e em funcionamento há mais de um ano, sob a alegação de defesa do direito de seus filiados e, reflexamente, do interesse dos cidadãos, pretende mover a competente ação judicial para garantir a permanência das bancas nos locais de origem.

Com essas informações, **ELABORE** a peça exordial da ação considerada adequada para a *Ordem dos Advogados do Brasil*
Jusque sua orientação, fazendo uso dos elementos essenciais que devem instruí-la. *Seção Minas Gerais*
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Área: Direito Administrativo

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

O Ministério da Agricultura deseja estabelecer vínculo jurídico, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com entidade da iniciativa privada, para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa agrícola.

Considerando essa pretensão, RESPONDA:

Distribuição gratuita - www.aprovando.com.br
Seu portal de Concursos Públicos na internet



- A) 1. Se a opção for pelo termo de parceria, que nome se dará à organização parceira nos termos da legislação pertinente?
2. Se a opção for pelo contrato de gestão, que tipo de organização será contratada nos termos da legislação pertinente?
- B) É adequada a utilização do termo “publicização” e para denominar esses meios de atuação conjugada entre Estado e particular?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Questão 02

A Constituição Federal, nos termos da Emenda 20/98, prescreve que os servidores públicos detentores de cargo em comissão, os contratados temporários e os empregados públicos da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios devem contribuir para o Regime Geral de Previdência Social, enquanto os efetivos contribuem para o regime especial de previdência.

Com base no exposto, **RESPONDA**:

RESPONDA: ~~Essa norma é constitucional, e~~ Considerando-se a autonomia dos Estados e dos Municípios, essa norma é constitucional?

FUNDAMENTE sua resposta com embasamento teórico-jurídico.

2ª ETAPA – Setembro/2002

ÁREA: DIREITO CIVIL

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1. Este caderno contém a Prova Prático-profissional, composta de duas partes:

- 1ª parte: Redação de peça profissional.

Valor: 5,0 (cinco) pontos.

- 2ª parte: Resposta a 3 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01: 2,0 (dois) pontos.

Questão 02: 2,0 (dois) pontos.

Questão 03: 1,0 (um) ponto.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração



2. Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado. A TITULAÇÃO DEVE SER FEITA EM AZUL OU PRETO, NAS FOLHAS PAUTADAS ANEXAS.

3. NÃO SE IDENTIFIQUE COM O NOME OU O NÚMERO DA CADERNO EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTES CADERNOS DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTAS.

A prova que apresentar qualquer sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação do candidato **será anulada** e a ela se atribuirá a nota **0 (zero)**.

4. Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contêm formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

Área: Direito Civil

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Suzana Ribeiro procura o advogado. Informa-lhe ser casada com **Rodrigo Ribeiro**, desde 15 de junho de 1988, e que o casal tem dois filhos — Paulo Márcio Ribeiro, com 12 anos de idade, e Marcela Flávia Ribeiro, com 8 anos de idade — e não possui bens de qualquer natureza.

Relata a cliente, então, que o marido saiu de casa em 21 de março de 2002 e está morando com outra mulher. Afirma ela, porém, que não pensa em separação, por enquanto, pois está convencida de que seu marido vive um namoro passageiro e que é muito provável a reconstituição da vida conjugal. Entretanto solicita os serviços profissionais do advogado no sentido de resolver problema dela ligado à premente necessidade de dinheiro para o pró-

Distribuição gratuita - www.aprovando.com.br
Seu portal de Concursos Públicos na internet

prio seu marido e o de seus filhos, acrescentando que o marido parou de lhe mandar dinheiro há 12 meses.

Seu nome, ainda, que exerce a profissão de empregada doméstica, ganhando um salário de R\$ 1.000,00 por mês, e que seu marido é funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) recebe a remuneração mensal de R\$ 8.000,00 (oitos mil e sessenta reais).

Com base no exposto, **REDIJA** a *petição inicial* adequada ao caso, usando os dados apresentados e criando outros, se necessário.

Área: Direito Civil

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

José Martins procura o advogado e informa-lhe ter sido vendido o imóvel do qual é locatário, sem seu conhecimento, e alega que tinha interesse em adquiri-lo.

O cliente pergunta, então, se, nesse caso, há direito seu que tenha sido ofendido.

Em face do exposto, **RESPONDA**:

Qual é a orientação cabível ao caso?

Distribuição gratuita - www.aprovando.com.br
Seu portal de Concursos Públicos na internet

FUNDAMENTE sua resposta com o dispositivo legal atinente à orientação cabível ao caso.



Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Em uma dada noite, Pedro, zeloso pai de família, empresta seu veículo ao filho João, de 22 anos, comprovadamente prudente e que jamais se envolveu em acidente de trânsito.

Contudo, dirigindo o veículo, sozinho, involuntariamente, João atropela um transeunte. Este, tão logo recebe alta do hospital, ingressa com uma ação de indenização em face do Pedro.

Em face do exposto, RESPONDA:

Pedro pode ser responsabilizado civilmente pelo acidente?

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão 03

Antônio vende a Sílvio um imóvel rural, cujo preço é representado por seis notas promissórias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, com vencimentos sucessivos a partir de 15 de julho de 1996, conforme devidamente consta da escritura pública de compra e venda.

Nesse caso, deixando Sílvio de efetuar o pagamento de três notas promissórias, pode Antônio desfazer a venda considerando-se o caráter *pro soluto* das cambiais emitidas?

Em face do exposto, RESPONDA:

Como advogado de Antônio, que solução daria ao caso?

FUNDAMENTE sua resposta.

2ª ETAPA – Setembro/2002

ÁREA: DIREITO COMERCIAL



Ordem dos Advogados do Brasil

ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

1. Este caderno contém a Prova Prático-profissional, composta de duas partes:

• 1ª parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos.**

• 2ª parte: Resposta a 5 (cinco) questões práticas.

Valor: **1,0 (um) ponto cada uma.**

2. Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, A TINTA — azul ou preta —, nas folhas pautadas anexas.

3. NÃO SE IDENTIFIQUE — COM O NOME OU O NÚMERO DA OAB — EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTES CADERNOS NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTAS.

A prova que apresentar qualquer sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação do candidato será anulada e a ela se atribuirá a nota 0 (zero).

4. Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

Área: Direito Comercial

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL



Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

constituem uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada. O contingente patrimonial ativo de A no capital social é de 90% e, durante toda a duração da sociedade, este sócio exerceu a gerência dela.

A referida sociedade veio a ser dissolvida regularmente.

A Fazenda Pública, em executivo fiscal, com base nos arts. 134, VII, e 135, III, do Código Tributário Nacional, promove a penhora de bens particulares de A e B.

Com base no exposto, **ELABORE** a defesa de B.

Área: Direito Comercial



2ª FASE - QUESTÕES PRÁTICAS

*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

RESPONDA:

- A) Que é capital social?
- B) Que é patrimônio social?

Questão 02

RESPONDA:

- A) Que é patente?
- B) Que é marca?
- C) O registro de ambas é *obrigatório*?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Questão 03

RESPONDA:

As fundações e as sociedades civis que tenham por objeto a *prestação de serviços* podem emitir duplicata de prestação de serviços?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Questão 04

RESPONDA:

A quebra de qualquer dos sócios importa na dissolução da sociedade de que este faz parte?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Questão 95



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Questão 95: Os devedores são alcançados pela sentença que julgar cumprida a concordata.

2ª ETAPA – Setembro/2002

ÁREA: DIREITO PENAL

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1. Este caderno contém a Prova Prático-profissional, composta de duas partes:
 - 1ª parte: Redação de peça profissional.
Valor: **5,0 (cinco) pontos.**
 - 2ª parte: Resposta a 2 (duas) questões práticas.
Valores: Questão 01: **2,0 (dois) pontos.**
Questão 02: Item A: **1,5 (um e meio) pontos.**
Item B: **1,5 (um e meio) pontos.**

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

2. Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA** — azul ou preta —, nas folhas pautadas anexas.
3. **NÃO SE IDENTIFIQUE — COM O NOME OU O NÚMERO DA OAB — EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTES CADERNOS NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTAS.**
A prova que apresentar qualquer sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação do candidato **será anulada** e a ela se atribuirá a nota **0 (zero)**.
4. Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Penal

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Carlota Joaquina, brasileira, solteira, 30 anos, publicitária, residente e domiciliada em Belo Horizonte, na Rua das Flores, 333, apart. 22, bairro das Rosas, RG nº MG.1.222.333-SSP/MG, CPF nº 444.555.666-77, foi, no dia 15 de julho do ano em curso, presa em flagrante, na região da Savassi, portando 15 comprimidos de *ecstasy*, substância entorpecente proscrita no Brasil, de acordo com normas regulamentares.

Lavrado o APFD, com a devida comunicação ao Juiz competente, viu-se Carlota indiciada em inquérito policial com base no art. 12, *caput*, da Lei nº 6.368/76. Findo o IP, os autos foram remetidos à Justiça, onde, em 26 de julho do mesmo ano, o representante do Ministério Público aviou denúncia por tráfico de entorpecente. Insta salientar que, embora tenha o flagrante se dado em conhecido bar da região, onde sabidamente há comercialização de drogas, não houve, no inquisitório, nenhuma testemunha que dissesse estar Carlota, na ocasião, a vender ou, mesmo, a distribuir os aludidos comprimidos.

Tendo o MM. Juiz adotado o novo rito estampado na Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002, viu-se Carlota citada, na Delegacia onde se encontrava, nos termos do art. 38 da referida Lei, em 29 de julho do mesmo ano, abrindo-se vista dos autos para a resposta à acusação, sendo designado interrogatório para 1º de agosto subsequente.

Realizado o aludido interrogatório, Carlota negou que estivesse comercializando a substância estupefaciente e, assim como no APFD, disse que a portava tão somente para uso próprio.

Considerando que você é contratado pela família de Carlota Joaquina para acompanhar o feito, **REDIJA**, levando em conta o disposto no novo procedimento, a resposta escrita em defesa de sua cliente.



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Penal

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

A) DISTINGA, “prova emprestada”, “prova ilícita” e “prova ilegítima” em processo penal.

Há distinção quanto à valoração dessas provas pelo Juiz?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Formatados: Marcadores e numeração

Questão 02

Na comarca de Ponte Velha, com único Juiz, terminada a instrução e apresentadas as alegações escritas, o Magistrado, na fase do art. 407 do CPP, desclassifica a infração de tentativa de homicídio para lesões corporais gravíssimas, art. 129, § 2º, inc. III do CP, prolatando, desde logo, a decisão condenatória e aplicando ao denunciado a pena de 3,5 (três e meio) anos de reclusão, sem o benefício da substituição por pena alternativa. O denunciado não negara a autoria do delito em Juízo.

Em face do exposto, **RESPONDA**:

A) Está certa a decisão do Magistrado?

JUSTIFIQUE sua resposta.

B) Encerra a decisão alguma nulidade?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

2ª ETAPA – Setembro/2002

Distribuição gratuita - www.aprovando.com.br
Seu portal de Concursos Públicos na internet



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito do Trabalho

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Leia, com atenção, esta petição:

Exmo. Sr. Juiz do Trabalho da Vara de Belo Horizonte-MG.

RONALDO NAZÁRIO, brasileiro, casado, operador de máquinas, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua dos Jabutis, 57, Bairro das Acácias, CEP: 31.220-321, inscrito no CPF sob o nº 321.123.456-87, vem respeitosamente, por intermédio de seus procuradores, propor Reclamação Trabalhista em face de CASA LOPEZ LTDA., empresa do ramo da construção pesada, sediada nesta Capital, na Avenida Ventos Uivantes, 1.000, Bairro Boa Vista, CEP: 30.222-009, inscrita no CNPJ sob o nº 02.999.876/0001-2, conforme os fatos e fundamentos a seguir apresentados.

Da admissão e demissão:

1. O Reclamante foi admitido pela Reclamada em 14 de maio de 1985, não optando pelo regime do FGTS à época, e despedido sem justa causa, em 10 de junho de 2001, ocasião em que não recebeu as verbas rescisórias. Sua CTPS não foi anotada quando da demissão.

Formatados: Marcadores e numeração

Do horário de trabalho:

2. O Reclamante sempre trabalhou de 7h às 22h, de segunda-feira a sábado, sem intervalo, e nunca recebeu horas extras e reflexos.

Formatados: Marcadores e numeração

Do salário:

3. O salário do Reclamante sempre foi de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), fixos.

Formatados: Marcadores e numeração

Dos pagamentos incorretos:

4. Durante todo o pacto laboral, o Reclamante recebeu férias e 13º salário com base apenas no salário fixo.

Formatados: Marcadores e numeração

Das férias:

5. As férias do Reclamante de 2000/2001 foram pagas, mas não foram gozadas.

Formatados: Marcadores e numeração

Do direito a quatro vales-transportes:

6. O Reclamante recebia somente dois vales-transportes por dia de trabalho. A partir de janeiro de 1995, passou a utilizar duas conduções para ir ao trabalho e outras duas para retornar a sua residência, contudo não recebeu a diferença, apesar de ter comunicado a mudança a seu superior imediato no trabalho.

Formatados: Marcadores e numeração



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Diante do exposto, o Reclamante requer:

1. Seja expedida notificação para a Reclamada comparecer a audiência designada, sob pena de revelia e confissão.

Formatados: Marcadores e numeração

2. Pagamento de:

Formatados: Marcadores e numeração

<u>2.1. aviso prévio</u>	<u>R\$ 1.200,00;</u>
<u>2.2. 13º salário proporcional 7/12</u>	<u>R\$ 587,30;</u>
<u>2.3. férias de 2000/2001 + 1/3 (dobrada)</u>	<u>R\$ 2.400,00;</u>
	<u>R\$ 800,00;</u>
<u>2.4. férias proporcionais 2/12 + 1/3</u>	<u>R\$ 400,00;</u>
	<u>R\$ 133,33;</u>
<u>2.5. indenização pelo período anterior à opção do FGTS</u>	<u>R\$ 3.600,00;</u>
<u>2.6. salário retido</u>	<u>R\$ 400,00;</u>
<u>2.7. horas extras calculadas sobre o fixo mais diferença salarial</u>	<u>R\$ 9.400,00;</u>
<u>2.8. reflexos das horas extras</u>	<u>R\$ 6.345,00;</u>
<u>2.9. dobra do art. 467 da CLT</u>	<u>ilíquido;</u>
<u>2.10. multa do art. 477 da CLT</u>	<u>R\$ 1.200,00;</u>
<u>2.11. pagamento de diferença de vale-transporte</u>	<u>R\$ 635,00;</u>
<u>2.12. seguro-desemprego ou indenização equivalente</u>	<u>ilíquido;</u>
<u>2.13. FGTS – diferença</u>	<u>R\$ 2.532,05;</u>
<u>2.14. FGTS sobre as parcelas rescisórias</u>	<u>R\$ 618,44;</u>
<u>2.15. 50% sobre parcelas do FGTS</u>	<u>R\$ 1.850,00;</u>
<u>2.16. entrega das guias CD/SD sob pena de pagamento substitutivo</u>	<u>ilíquido; e</u>
<u>2.17. entrega da guia TRCT</u>	<u>ilíquido.</u>

O Reclamante ainda requer:

3. seja expedido comunicado à Previdência Social, à CEF e à DRT, para os devidos fins, e os benefícios da justiça gratuita;

Formatados: Marcadores e numeração

4. honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa;

5. direito à produção de todos os meios de prova admitidos em direito.

Informa o Reclamante que suas testemunhas comparecerão em juízo independentemente de notificação.

Dá à causa o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Belo Horizonte, 19 de julho de 2001.



Professor Hugo de Souza Silva – OAB/MG 4.322

para correspondência Rua dos Advogados

Centro – Belo Horizonte/MG – CEP: 30.222-001

Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

OBSERVAÇÃO: Documentos que instruem a inicial:

- procuração;
- comprovante de pagamento de salário;
- cópia do aviso prévio;
- cópia da CTPS.

A ação foi distribuída para a 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, com audiência designada para o dia 24 de setembro de 2002, às 9h10. Os autos receberam o número 0098-2002-012-003-00-1.

Considere que você foi procurado pela empresa para elaborar a defesa e que esta lhe forneceu a seguinte documentação:

- ficha de registro de empregado, com admissão em 10 de janeiro de 1986;
- cartões de ponto mecânico, em que consta horário normal de 8h às 18h, com intervalo entre 12h e 13h, de segunda-feira a sexta-feira, todos assinados pelo empregado, além de comprovante de falta (ausência de registro de ponto durante 18 dias no período de maio de 2000 a maio de 2001);
- termo de prorrogação de jornada com compensação semanal;
- comprovante de pagamento de férias;
- cópia do aviso prévio e marcação de dia e hora para que o empregado comparecesse ao Sindicato;
- declaração do Sindicato de que a Empresa compareceu, no prazo legal, para efetuar a rescisão do contrato de trabalho do Empregado, mas este lá não compareceu;
- declaração de residência do Empregado para fins de recebimento de vales-transportes, com pedido de uso de apenas um coletivo para ir e outro para voltar do trabalho;
- procuração;
- notificação para audiência.

Com base nessas informações, **REDIJA** a defesa da empresa.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito do Trabalho

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

RESPONDA:

Proferida sentença, o sócio, não tendo participado do pólo passivo da ação, pode ser executado, considerando-se que a empresa não possui bens suficientes para pagar o montante devido ao empregado exequente?

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão 02

EXPLIQUE o que é dissídio coletivo de extensão.

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão 03

RESPONDA:

Quem pode propor inquérito para apuração de falta grave na Justiça do Trabalho?

FUNDAMENTE sua resposta, *apresentando* os requisitos *principais* dessa modalidade de ação especial trabalhista.

Questão 04

Considere que o porteiro de um clube social só trabalha em sábados, domingos e feriados e que seu salário é calculado por dia.

Nesse caso, RESPONDA:

Esse profissional tem direito ao repouso semanal remunerado dos dias feriados e santificados.

Em caso afirmativo, EXPLIQUE como será feita a remuneração.

Em caso negativo, JUSTIFIQUE sua resposta.



Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Questão 05

A lei declara a gratuidade do exercício dos cargos sindicais eletivos, mas excepciona uma hipótese em que o empregado eleito para o cargo de direção sindical pode receber uma gratificação.

RESPONDA:

A) Que hipótese é essa?

B) Qual será o valor da gratificação?

FUNDAMENTE sua resposta.

Formatados: Marcadores e numeração

2ª ETAPA – Setembro/2002

ÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1. Este caderno contém a Prova Prático-profissional, composta de duas partes:

• 1ª parte: Redação de peça profissional.

Valor: 5,0 (cinco) pontos.

• 2ª parte: Questão prática, subdividida em dois itens:

Valores: Item A) 3,0 (três) pontos;

Item B) 2,0 (dois) pontos.

2. Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, A TINTA — azul ou preta —, nas folhas pautadas anexas.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração



3. NÃO SE IDENTIFIQUE — COM O NOME OU O NÚMERO DA OAB — EM NENHUMA DAS PÁGINAS NESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS DESTINADAS PARA RESPOSTAS.

A prova que apresentar qualquer sinal ou expressão que possibilite a identificação do candidato será anulada e a ela se atribuirá a nota **0 (zero)**.

4. Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

Formatados: Marcadores e numeração

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

Área: Direito Tributário

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

O Contribuinte **A**, ao adquirir mercadorias da Empresa **X**, credita-se do ICMS destacado na operação. A Fazenda Estadual, em fiscalização nas Empresas **A** e **X**, verifica que esta última não saldou o ICMS. Em consequência, autua a Empresa **A** pelo aproveitamento do referido crédito, lavrando o respectivo Auto de Infração.

Em face do exposto, **ELABORE** a competente defesa administrativa.



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Tributário

2ª PARTE: QUESTÃO PRÁTICA

Em 10 de maio de 1989, a RRR Brasil Ltda. vendeu material esportivo, acobertando a operação mediante nota fiscal falsa, e não recolheu o ICMS devido.

À época, a alíquota do imposto era de 18%.

Em 15 de dezembro de 1994, a empresa foi autuada em função daquela irregularidade. Inconformada com o fato de que os fiscais não intimaram o representante legal da contagem dos estoques da empresa e não concederam o prazo legal de 72 horas para a apresentação dos documentos fiscais e contábeis, a RRR Brasil Ltda. ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cuja decisão transitou em julgado no dia 15 de maio de 1999, tendo o Juízo decidido pelo cancelamento da autuação em razão dos mencionados vícios formais.

Distribuição gratuita - www.aprovando.com.br
Seu portal de Concursos Públicos na internet

Em 10 de janeiro de 2000, a alíquota do ICMS foi alterada por Lei Estadual, passando de 12% para 10%.
Em 10 de janeiro de 2002, a empresa recebeu nota de autuação pela mesma irregularidade cometida em 1989.



Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Considerando essas informações, **RESPONDA:**

A) A Fazenda Estadual teria decaído do direito de efetuar o lançamento?

JUSTIFIQUE sua resposta.

B) Qual seria a alíquota aplicável, caso o contribuinte, depois de ser autuado em 2002, resolvesse recolher o tributo em atraso?

JUSTIFIQUE sua resposta.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Área: Direito Tributário

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

— O Contribuinte A, ao adquirir mercadorias da Empresa X, credita-se do ICMS destacado na operação. A Fazenda Estadual, em fiscalização nas Empresas A e X, verificou que esta última não saltou o ICMS. Em consequência, autuou a Empresa A pelo aproveitamento do referido crédito, lavrando o respectivo Auto de Infração.

ELABORE a competente defesa administrativa.



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

2ª PARTE: QUESTÃO PRÁTICA

~~Em 10 de maio de 1989, a RRR Brasil Ltda. vendeu material esportivo, acobertando a operação mediante nota fiscal falsa e não recolheu o ICMS devido.~~

~~Em 15 de dezembro de 1994, a empresa foi autuada em função daquela irregularidade. Inconformada com o fato de que os Fiscais não tinham seu representante legal da contagem dos estoques, não concedendo o prazo legal de 72 horas para a apresentação dos documentos fiscais e contábeis, a RRR Brasil Ltda. ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cuja decisão transitou em julgado no dia 15 de maio de 1999, tendo o Juízo decidido pelo cancelamento da autuação em razão dos mencionados vícios formais.~~

~~Em 10 de janeiro de 2000, a alíquota do ICMS foi alterada por~~